

VILLAS-BOAS – ACP
Corretores Associados de Seguros, SA

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2018

Conteúdo

A. Demonstrações Financeiras Individuais	5
1. BALANÇO.....	6
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	7
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	8
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1. NOTA INTRODUTÓRIA	11
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
2.1. Base de Preparação	11
2.2 Derrogação das disposições do SNC.....	12
2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	12
3.1 Bases de apresentação	12
3.2 Pressuposto da continuidade	13
3.3 Regime do acréscimo.....	13
3.4 Conversão cambial.....	13
3.5 Ativos Intangíveis (AI)	13
3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT).....	14
3.7 Participações Financeiras.....	14
3.8 Locações.....	16
3.9 Custos de empréstimos obtidos	16
3.10 Imparidade dos ativos.....	17
3.11 Rédito.....	17

3.12	Provisões.....	18
3.13	Ativos e passivos contingentes.....	18
3.14	Imposto sobre o rendimento.....	19
3.15	Instrumentos financeiros.....	19
3.16	Julgamentos e estimativas.....	20
3.17	Acontecimentos subsequentes.....	20
4.	FLUXOS DE CAIXA	21
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	21
6.	PARTES RELACIONADAS	21
6.1	Empresas subsidiárias.....	22
6.2	Empresas associadas.....	22
6.3	Entidades conjuntamente controladas.....	22
6.4	Transações e saldos com partes relacionadas.....	23
6.5	Remuneração dos membros dos órgãos sociais.....	24
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	24
8.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	25
9.	IMPARIDADE DE ATIVOS	26
10.	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	26
	Outros Investimentos financeiros	26
	Créditos a receber	27
11.	RÉDITO	27
12.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	27
13.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	28
14.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (“IRC”)	28
15.	ATIVOS AO JUSTO VALOR	30
16.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
	Categorias de instrumentos financeiros.....	30

Clientes	31
Fornecedores	31
Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar.....	32
Instrumentos de Capital Próprio	32
17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	33
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	34
19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	34
19.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	34
19.2 DIFERIMENTOS.....	34
19.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	35
19.4 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	35
19.5 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES.....	36
20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGURO	36
20.1 Informação respeitante à actividade de mediação de seguros ou de resseguros:	36

A. Demonstrações Financeiras Individuais

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a checkmark and some illegible scribbles.

1. Balanço

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO 2018

	Notas	Unidade: Euros	
		31 Dez 2018	31 Dez 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	118.835,60	149.528,91
Ativos intangíveis	7	1.168,89	
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	7.763.264,65	7.346.561,55
Outros investimentos financeiros	10	106.066,66	4.268,26
Créditos a receber	10	150.000,00	300.000,00
		8.139.335,80	7.800.358,72
Ativo corrente			
Clientes	16	13.424.127,89	12.525.880,67
Outros créditos a receber	16	4.538.839,45	5.398.939,21
Diferimentos	19.2	49.485,10	38.362,52
Ativos financeiros detidos para negociação	15/16	343.539,64	337.012,24
Caixa e depósitos bancários	4	2.283.177,04	2.282.495,89
		20.639.169,12	20.582.690,53
Total do ativo		28.778.504,92	28.383.049,25
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	16	60.000,00	60.000,00
Outras reservas	16	877.371,00	536.480,72
Resultados transitados	16	27.980,13	27.981,13
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10	5.498.480,72	5.102.628,45
Resultado líquido do período	16	1.700.729,23	1.243.941,20
Total do capital próprio		8.464.561,08	7.271.031,50
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	15.048.810,39	13.815.607,76
Estado e outros entes públicos	19.1	133.893,13	146.514,16
Outras dívidas a pagar	16	5.131.240,32	7.149.895,83
		20.313.943,84	21.112.017,75
Total do passivo		20.313.943,84	21.112.017,75
Total do capital próprio e do passivo		28.778.504,92	28.383.049,25

O Contabilista Certificado

Francisco Albuquerque

Dr. Paulo

A Administração

J. Mendes

A. Romão

X Inventário

X Pedro Leite

As notas das páginas 10 a 38 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

2. Demonstração dos resultados por naturezas

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Unidade:	Euros
		31 Dez 2018	31 Dez 2017
Vendas e serviços prestados	11	9.480.596,07	7.619.834,70
Subsídios à exploração	12		865,10
Ganhos / perdas imputados de subsid., associadas e empreend.conjuntos	10	423.902,75	403.051,92
Fornecimentos e serviços externos	19.3	(6.270.645,34)	(4.984.545,86)
Gastos com o pessoal	17	(1.346.574,86)	(1.328.177,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(80,00)	(80,00)
Aumentos / reduções de justo valor	15	(364,44)	519,75
Outros rendimentos	19.4	32.096,73	40.577,08
Outros gastos	19.4	(260.862,91)	(163.993,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.058.068,00	1.588.051,44
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.5	(42.548,66)	(49.662,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.015.519,34	1.538.388,52
Resultado antes de impostos		2.015.519,34	1.538.388,52
Imposto sobre o rendimento do período	14	(314.790,11)	(294.447,32)
Resultado líquido do período		1.700.729,23	1.243.941,20

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

J. Galvão x *J. Galvão*
 P. Ribeiro x *P. Ribeiro*
 D. Palho — x *D. Palho*
 P. Ventura x *P. Ventura*
 Pedro Leão x *Pedro Leão*

3. Demonstração das alterações no capital próprio

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2017

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	1	300.000,00	60.000,00	0,00	21.221,49	3.491.750,10	0,00	2.502.504,86	6.375.476,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações no capital próprio	2	0,00	0,00	536.480,72	150.000,00	1.566.024,14	250.000,00	-2.502.504,86	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3							1.243.941,20	1.243.941,20
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-1.258.563,66	1.243.941,20
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições					-143.240,36		-250.000,00		-393.240,36
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	44.854,21	0,00	0,00	44.854,21
POSIÇÃO NO FIM DE 2017	6=1+2+3+5	300.000,00	60.000,00	536.480,72	27.981,13	5.102.628,45	0,00	1.243.941,20	7.271.031,50

O Contabilista Certificado

A Administração

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2018

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	1	300.000,00	60.000,00	536.480,72	27.981,13	5.102.628,45	0,00	1.243.941,20	7.271.031,50
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações no capital próprio	2	0,00	0,00	340.890,28	-1,00	403.051,92	500.000,00	-1.243.941,20	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3							1.700.729,23	1.700.729,23
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							456.788,03	1.700.729,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições							-500.000,00		-500.000,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.199,65	0,00	0,00	-7.199,65
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6=1+2+3+5	300.000,00	60.000,00	877.371,00	27.980,13	5.498.480,72	0,00	1.700.729,23	8.464.561,08

O Contabilista Certificado

A Administração

Francisco Nogueira

Do. Ribeiro

X *Yvelson de F...*
X *[assinatura]*
X *[assinatura]*
X *[assinatura]*
X *[assinatura]*

As notas das páginas 10 a 38 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 Dez 2018

	Exercícios		
	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		52.817.361,29	46.850.842,25
Pagamentos a Fornecedores		(49.639.511,31)	(44.724.014,35)
Pagamentos ao Pessoal		(1.276.105,05)	(1.240.012,45)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		1.901.744,93	886.815,45
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(316.236,97)	(282.419,72)
Outros recebimentos/pagamentos		(1.166.422,80)	102.133,32
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		419.085,16	706.529,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(66.982,73)	(20.770,83)
Ativos intangíveis		(1.753,34)	-
Investimentos financeiros		(10.000,00)	(100.000,00)
Outros ativos		-	(38,67)
		(78.736,07)	(120.809,50)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14.357,23	-
Investimentos financeiros		-	100.000,00
Outros ativos		-	558,42
Juros e rendimentos similares		2.502,23	10.790,92
Dividendos		150.000,00	-
		166.859,46	111.349,34
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>		88.123,39	(9.460,16)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(500.000,00)	(393.240,36)
Outras operações de financiamento		-	-
		(500.000,00)	(393.240,36)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		(500.000,00)	(393.240,36)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		7.208,55	303.828,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.619.508,13	2.315.679,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.626.716,68	2.619.508,13

O Contabilista Certificado

Francisco Nazarene

A Administração

x José de Oliveira

x [Assinatura]

Di. P. Silva → x

x [Assinatura]

x Pedro RLT

As notas das páginas 10 a 38 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

1. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

A Villas-Boas – ACP, Corretores Associados de Seguros, SA (também referida neste documento como VB - ACP, Empresa ou Sociedade) foi constituída no dia 07 de Maio de 1946 e transformada em sociedade anónima em 19 de Julho de 2013, registada com o número único de matriculada e pessoa coletiva 500.477.540.

Tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 90, 1269-026 Lisboa.

A VB - ACP tem como atividade principal a Mediação de Seguros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - SNC, nomeadamente, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas nos Aviso n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar

pela VB - ACP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.3 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função de período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras da VB - ACP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.5 Ativos Intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Nº de anos
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros AFT	(em função da vida útil estimada)

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.7 Participações Financeiras

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a empresa tenha influencia significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais -

geralmente investimentos representando 20% ou mais do capital de uma empresa, encontram-se relevadas pelo MEP (Método de Equivalência patrimonial).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A rubrica "participações financeiras – outros métodos" inclui os investimentos em empresas nas quais a empresa, não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As "participações financeiras – outros métodos", são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada, excetuando aquelas que se encontram cotadas em mercado regulamentado, as quais se encontram registadas ao justo valor.

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros dividendos e outros rendimentos similares”.

3.8 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contractos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.9 Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo, regra geral.

No que toca aos encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, que demorem mais que um período contabilístico a ficarem concluídos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.10 Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade em investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.11 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.15 Instrumentos financeiros

Cientes

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

P. M.
M. J.
J. P.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

As entidades podem utilizar dois métodos para mensurar os empréstimos e as contas a pagar. Por um lado o método do custo, por outro, o método do custo amortizado. A Empresa utiliza o método do custo (os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal).

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial (método do custo).

3.16 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	2017	Débito	Crédito	2018
Numerário	180,00	-	-	180,00
Depositos à Ordem	1.932.818,64	68.068.830,97	67.954.065,32	2.047.584,29
Depositos a Prazo	349.497,25	70.690,58	184.775,08	235.412,75
Outros instrumentos financeiros	337.012,24	117.934,64	111.407,24	343.539,64
	<u>2.619.508,13</u>	<u>68.257.456,19</u>	<u>68.250.247,64</u>	<u>2.626.716,68</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2017.

6. Partes relacionadas

A VB - ACP é detida em 67% pela Moragri, SGPS, SA e em 33% pelo ACP – Automóvel Club de Portugal, conforme quadro seguinte:

Detentores do Capital	Sede	Percentagem de participação		Nº de acções detidas	
		2018	2017	2018	2017
Moragri, SGPS, SA.	Lisboa	67,00%	67,00%	201.000,00	201.000,00
ACP - Automovel Club Portugal	Lisboa	33,00%	33,00%	99.000,00	99.000,00

6.1 Empresas subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Empresa Subsidiárias	Sede	Percentagem de participação	
		2018	2017
VB, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Archer & CIA, Lda	Lisboa	26,00%	26,00%

Indiretamente a VB – ACP,SA detém 90% do capital da empresa Archer e Cia, Lda, através da empresa VB SGPS, SA.

6.2 Empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a empresa detinha participações nas seguintes associadas:

Empresas Associadas	Sede	Percentagem de participação	
		2018	2017
Villas-Boas Garantias, Lda	Lisboa	40,00%	40,00%

6.3 Entidades conjuntamente controladas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Percentagem de participação	
		2018	2017
Grupo Villas-Boas, ACE.	Lisboa	67,5%	67,5%

6.4 Transações e saldos com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as transações efetuadas com partes relacionadas, são as seguintes:

Transações entre Partes Relacionadas	Rendimentos com comissões obtidas	Gastos com comissões obtidas	Gastos com comissões cedidas	Forn Serviços Externos
ACP - Mediação de Seguros, S.A	-	-	7.541,33	-
ACP - Automovel Clube Portugal	-	-	-	568,26
Cegrel, SA	76.200,00	-	-	-
Corbroker, SA.	-	-	17.395,89	-
CSB - Mediação de Seguros, SA	6.000,00	-	229.835,89	-
Firstagille -Mediação Seguros, Lda	163.585,51	-	394.041,36	-
Inxure,Lda	-	-	-	20.893,40
Iperseg, Lda.	6.000,00	-	947,75	-
JRC, Lda.	-	-	233.903,59	-
Metage, Lda.	-	-	3129,58	-
TH Broker, Lda	-	-	7.470,63	-
VB ACP Archer e Camacho, Lda	2.510,21	-	-	-
Totais	254.295,72	0,00	894.266,02	21.461,66

Os saldos com as entidades relacionadas à data de 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

Saldos com Entidades Relacionadas	Outros Devedores e Credores	Fornecedores conta/corrente	Devedores e Cred por Acrescimos	Resultados Atribuidos	Perdas por Imparidade
Contas a Receber					
Archer & Cia, Lda	20.812,52				
CSB - Mediação de Seguros, SA	3.000,00				
Inxure,Lda		3.111,90			
Iperseg, Lda.	1.500,00				
JRC, Lda.	119.037,41				
Mais Valia, Lda	2.453,95				
Metage, Lda.	21.540,45				
Sporting, Lda.	169.000,00				
VB SGPS, SA.	2.058.258,26			150.000,00	
Villas Boas Garantias, Lda.	77.998,71				77.998,71
Total -	2.473.601,30	3.111,90	0,00	150.000,00	77.998,71
Contas a Pagar					
ACP - Mediação de Seguros, S.A					
ACP - Automovel Clube Portugal		464,94			
Archer & Cia, Lda		71.000,00			
Corbroker, SA.			17.395,89		
Firstagille -Mediação de Seguros, Lda			33.445,18		
Grupo Villas Boas ACE	1.846,00	13.885,03			
JRC, Lda.			80.000,00		
VB ACP Archer e Camacho, SA		27.941,18			
Total -	1.846,00	146.271,39	97.395,89	0,00	0,00

6.5 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da empresa Villas-Boas ACP não auferem remunerações

7. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2018	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	23.590,95	23.590,95
Aquisições	1.753,24	1.753,24
Alienações	(16.246,64)	(16.246,64)
Transferências e Abates	(2.757,91)	(2.757,91)
Saldo Final	<u>6.339,64</u>	<u>6.339,64</u>
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	23.590,95	23.590,95
Amortizações do exercício	584,35	584,35
Alienações	(16.246,64)	(16.246,64)
Transferências e Abates	(2.757,91)	(2.757,91)
Saldo final	<u>5.170,75</u>	<u>5.170,75</u>
Ativos líquidos	<u>1.168,89</u>	<u>1.168,89</u>

	2017	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	23.954,20	23.954,20
Transferências e Abates	(363,25)	(363,25)
Saldo Final	<u>23.590,95</u>	<u>23.590,95</u>
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	23.034,80	23.034,80
Amortizações do exercício	919,40	919,40
Transferências e Abates	(363,25)	-363,25
Saldo final	<u>23.590,95</u>	<u>23.590,95</u>
Ativos líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2018				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos	-	-	-	-	-
Saldo inicial	18.150,87	74.422,55	393.046,33	768.054,05	1.253.673,80
Aquisições			62.380,00	4.602,73	66.982,73
Alienações	(6.354,02)	(39.911,65)	(315.940,19)	(446.603,83)	(808.809,69)
Transferências e Abates	-	-	-	(47.134,31)	(47.134,31)
Saldo Final	11.796,85	34.510,90	139.486,14	278.918,64	464.712,53
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo inicial	17.855,74	69.364,03	359.143,91	657.781,21	1.104.144,89
Depreciações do exercício	295,13	2.529,25	28.920,00	10.219,93	41.964,31
Alienações	(6.354,02)	(39.911,65)	(307.362,77)	(446.603,83)	(800.232,27)
Saldo Final	11.796,85	31.981,63	80.701,14	221.397,31	345.876,93
Ativos líquidos	-	2.529,27	58.785,00	57.521,33	118.835,60

	2017				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	18.150,87	80.756,13	393.046,33	752.914,27	1.244.867,60
Aquisições				20.770,83	20.770,83
Transferências e Abates	-	(6.333,58)	-	(5.631,05)	(11.964,63)
Saldo Final	18.150,87	74.422,55	393.046,33	768.054,05	1.253.673,80
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	16.455,06	73.168,34	327.331,47	650.386,55	1.067.341,42
Depreciações do exercício	1.400,80	2.529,25	31.812,50	13.000,88	48.743,43
Transferências e Abates		(6.333,58)	-	(5.631,05)	(11.964,63)
Regularizações	(0,12)	0,02	(0,06)	24,83	24,67
Saldo Final	17.855,74	69.364,03	359.143,91	657.781,21	1.104.144,89
Ativos líquidos	295,13	5.058,52	33.902,42	110.272,84	149.528,91

9. Imparidade de ativos

As perdas/reversões de imparidade registadas no presente exercício foram as seguintes:

Perdas por Imparidades	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Utilizações	Saldo final
Outros Créditos a Receber	77.918,71	80,00	0,00	0,00	77.998,71
	<u>77.918,71</u>	<u>80,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>77.998,71</u>

10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2018, o montante incluído na rubrica de participações financeiras ajustadas através do método de equivalência patrimonial são os seguintes:

		31-12-2018						
	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Líquido	Quantia escriturada	Proporção no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,00%	7.745.577,40	425.859,92	7.745.577,40	425.859,92	2.500.000,00	425.859,92
Archer & Cia, Lda	Lisboa	26,00%	68.027,85	-7.527,56	17.687,25	-1.957,17	13.000,00	-1.957,17
			<u>7.813.605,25</u>	<u>418.332,36</u>	<u>7.763.264,65</u>	<u>423.902,75</u>	<u>2.513.000,00</u>	<u>423.902,75</u>

Outros Investimentos financeiros

A empresa detém uma participação de 40% na empresa Villas Boas – Serviços de Garantias, Lda com sede em Lisboa, que se encontra valorizada pelo seu valor de aquisição no montante de 2.000,00 euros.

Optou-se pela não aplicação do método de equivalência patrimonial uma vez que está em estudo a sua liquidação.

A empresa regista também na rubrica de Outros Investimentos Financeiros os valores pagos relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, que em 31 de dezembro de 2018 totaliza o montante de 3.581,66 euros, e em 31 de dezembro de 2017 totalizava 2.268,26 euros.

A empresa subscreveu no ano de 2018 o fundo de capital de risco denominado Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca subscrito em 99 unidades de participação, no montante de 100.485,00 euros

Créditos a receber

Em assembleia geral da participada VB SGPS, SA à data de 22/09/2016 foi deliberada a distribuição de 400.000,00 euros a título de dividendos, tendo sido recebido o montante de 250.000,00 euros, estando ainda por receber desta distribuição 150.000,00 euros, justificando o saldo de 150.000,00 euros

11. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Assim, em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido o valor de 9.480.596,07 euros a título de prestações de serviços, conforme quadro seguinte:

<u>Rédito reconhecido no período findo em</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestações de Serviços	9.480.596,07	7.619.834,70
	<u>9.480.596,07</u>	<u>7.619.834,70</u>

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são

reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

A VB ACP no exercício de 2017 recebeu subsídios à exploração do IEFP, relacionados com os estágios profissionais que promoveu (reembolso de uma parte dos montantes gastos) conforme quadro seguinte:

Subsídios à Exploração	2018	2017
Atribuídos pelo Estado - IEFP	-	865,10
Total	-	865,10

13. Acontecimentos após a data do balanço

Até à data da conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos, que mereçam destaque, uma vez que não distorcem as demonstrações financeiras.

14. Impostos sobre o rendimento ("IRC")

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC* à taxa normal de 21%, sendo a derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Resultado antes de impostos	2.015.519,34	1.538.388,52
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	<u>423.259,06</u>	<u>323.061,59</u>
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais	150.000,00	150.000,00
Benefícios fiscais	-25.282,43	-25.201,80
Outros não aceites	36.365,49	52.590,23
Multas, coimas e juros fiscais	681,65	450,76
Mais valias contabilísticas	-12.000,00	-
Mais e menos valias fiscais	5.937,50	-
Equivalência patrimonial	-423.902,75	-403.051,92
Menos valias contabilísticas	125,00	-
Depreciações não aceites como gasto fiscal	7.597,50	5.750,00
Eliminação dupla tributação	-150.000,00	-150.000,00
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	33.404,70	31.439,01
Ajustamentos à colecta - derrama estadual	3.151,23	-
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	24.075,62	17.533,89
Imposto sobre o rendimento do período	<u>397.690,22</u>	<u>294.447,32</u>
Taxa efectiva de imposto	19,7%	19,1%
Colecta	397.690,22	294.447,32
Benefícios Fiscais - Crédito Fiscal ao Investimento	-82.900,13	-
	<u>314.790,09</u>	<u>294.447,32</u>

No exercício de 2018 a empresa beneficiou de um incentivo fiscal à I&D empresarial, consagrado no Código Fiscal ao Investimento, designadamente no SIFIDE II através da contribuição para um fundo de investimento Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca, conforme descrito na nota 10.

O valor do benefício fiscal foi de 82.900,13 que se traduziu numa dedução à coleta do IRC conforme previsto no artigo 38º do CFI

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso

inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2015 a 2018 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

15. Ativos ao Justo Valor

Na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, os ativos estão valorizados ao Justo Valor, tendo sido efetuados os respectivos ajustamentos conforme quadros abaixo:

<u>Ganhos por aumentos de justo valor</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Invest - Nordea 1 SICAV	36,52	60,15
Banco Invest - Invesco Balanced	50,59	459,60
	<u>87,11</u>	<u>519,75</u>
<u>Perdas por redução de justo valor</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Invest - USB Strategy Fund Balanced	451,55	-
	<u>451,55</u>	<u>-</u>

16. Instrumentos financeiros

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhadas conforme se segue:

Ativos Financeiros	31-12-2018	31-12-2017
Clientes	13.424.127,89	12.525.880,67
Outros créditos a receber	4.538.839,45	5.398.939,21
Outros activos financeiros	343.539,64	337.012,24
Caixa e depósitos bancários	2.283.177,04	2.282.495,89
	<u>20.589.684,02</u>	<u>20.544.328,01</u>

Passivos Financeiros	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores	15.048.810,39	13.815.607,76
Estado e Outros Entes públicos	133.893,13	146.514,16
Outras dívidas a pagar	5.131.240,32	7.149.895,83
	<u>20.313.943,84</u>	<u>21.112.017,75</u>

Clientes

A rubrica de clientes apresenta em 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Clientes	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguradoras:				
Recibos	13.424.127,89		12.525.880,67	
Estornos		560.234,61		492.049,44
Franquias		250,00		5.742,48
Indemnizações		735.198,93		3.546.586,97
	<u>13.424.127,89</u>	<u>1.295.683,54</u>	<u>12.525.880,67</u>	<u>4.044.378,89</u>

Fornecedores

A rubrica de fornecedores apresenta em 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

12
Ry
K
J
P

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores				
Seguradoras:				
Recibos		14.576.395,63		13.609.930,33
Estornos	568.485,92		520.027,89	
Indemnizações	735.198,93		3.554.271,95	
Fornecedores diversos	17.417,99	472.414,76	204.379,85	205.677,43
	1.321.102,84	15.048.810,39	4.278.679,69	13.815.607,76

No decorrer do último trimestre de 2017 por ocorrência de incêndios de grandes dimensões em instalações de clientes, verificou-se um incremento dos valores de indemnizações registados nas demonstrações financeiras face ao ano anterior na ordem dos 2.500.000,00, valor regularizado no primeiro trimestre de 2018.

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar

As rubricas de outros créditos a receber e de outras dívidas a pagar apresenta em 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros creditos a receber/dividas a pagar				
Devedores por acréscimo de rendimento	4.075,10		3.455,65	
Credores por acréscimo de gastos		3.285.214,54		2.488.471,79
Indemnizações		735.198,93		3.546.586,97
Franquias		250,00		5.742,48
Outros devedores	3.291.660,22		1.194.722,58	
Perdas por imparidade	-77.998,71		-77.918,71	
Outros credores		550.342,24		617.045,15
Fornecedores (saldos devedores)	1.321.102,84		4.278.679,69	
Clientes (saldos credores - estornos))		560.234,61		492.049,44
	4.538.839,45	5.131.240,32	5.398.939,21	7.149.895,83

Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Social, à data de Balanço, é decomposto da seguinte forma:

Accionista	Número de Acções	Valor nominal	Capital Social	Percentagem Capital detido	Capital Realizado
Moragri, SGPS, SA.	201.000	1,00 €	201.000,00 €	67,00%	201.000,00 €
ACP Automovel Club Portugal	99.000	1,00 €	99.000,00 €	33,00%	99.000,00 €
TOTAL	300.000		300.000,00 €	100,00%	300.000,00 €

Cada ação tem o valor nominal de € 1,00.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a cada ação detida corresponde um voto.

De referir ainda que não existem ações preferenciais.

A empresa tem constituída reservas legais no valor de 60.000,00 euros de acordo com a legislação aplicável.

O resultado por ação do ano de 2018 é de 5,67 euros e corresponde ao quociente entre o resultado líquido do período e o número de ações emitidas.

<u>Resultado por Ação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Líquido Exercício	1.700.729,23	1.243.941,20
Número de ações	300.000,00	300.000,00
Resultado por ação básico	<u>5,67</u>	<u>4,15</u>

No que diz respeito ao resultado do exercício de 2017, no montante 1.243.941,20 euros, e em conformidade com ata de assembleia geral de 19 de junho de 2018, foi efetuada a respectiva aplicação da seguinte forma:

<u>Aplicação do resultado do exercício</u>	<u>2017</u>
Resultado Líquido Exercício	1.243.941,20
Reservas livres	27% 340.890,28
Ajustamento em ativos financeiros	32% 403.051,92
Distribuição de dividendos	40% 500.000,00
Resultados transitados	0% -1,00

17. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, reconhecidos nas demonstrações financeiras, em 2018 e 2017, são decompostos da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações do pessoal	976.968,80	978.790,23
Encargos sobre remunerações	217.320,73	214.608,33
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	97.372,88	87.813,05
Gastos de acção social	2.454,13	4.405,95
Gastos com formações profissionais	28.343,16	19.199,00
Outros	24.115,16	23.361,22
	1.346.574,86	1.328.177,78

O número médio de empregados durante o ano de 2018 foi de 42 colaboradores, idêntico ao de 2017.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações consideradas relevantes

19.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC a Pagar/Recuperar		82.132,47		83.768,56
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		30.025,11		39.102,46
Contribuições para a Segurança Social		21.735,55		23.643,14
		133.893,13		146.514,16

19.2 DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos inclui o montante de 48.505,63 euros relativo a seguros próprios cujo pagamento ocorreu em 2018, mas o gasto correspondente refere-se a 2019.

<u>Diferimentos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos:		
Gastos a reconhecer		
Seguros	48.505,63	36.426,70
Outros gastos diferidos	979,47	1.935,82
	<u>49.485,10</u>	<u>38.362,52</u>

19.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao ano de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços especializados	5.573.521,69	4.236.307,50
Materiais	52.682,30	61.400,90
Energia e fluídos	30.893,91	32.335,48
Deslocações, estadas e transportes	92.550,74	110.738,62
Serviços diversos	520.996,70	543.763,36
	<u>6.270.645,34</u>	<u>4.984.545,86</u>

A empresa suportou no ano de 2018 o valor de 10.209,00 €, relacionados com Auditoria/ROC – Revisor Oficial de Contas.

19.4 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

A decomposição das rubricas de Outros gastos e de Outros rendimentos no final do ano de 2018 e 2017 é conforme se segue:

<u>Outros rendimentos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros obtidos	3.591,30	7.664,15
Rendimentos em investimentos não financeiros	13.904,81	-
Outros	14.600,62	32.912,93
	<u>32.096,73</u>	<u>40.577,08</u>

<u>Outros gastos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos	-	-
Imposto de Selo	121.027,25	105.738,06
Imposto s/ veiculos	741,80	1.355,91
Taxas	3.500,00	3.500,00
Dívidas incobráveis	237,36	609,52
Outros	88.097,19	52.789,98
	<u>260.862,91</u>	<u>163.993,47</u>

19.5 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

<u>Depreciações e amortizações</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos fixos tangíveis	41.964,31	48.743,43
Ativos intangíveis	584,35	919,49
	<u>42.548,66</u>	<u>49.662,92</u>

20. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguro

De acordo com a NR nº 15/2009-R de 30 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), actualmente designado como ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, os correctores e os mediadores de seguros que auferirem remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros, terão que cumprir as obrigações que dela constam, nomeadamente o artigo 4º:

20.1 Informação respeitante à actividade de mediação de seguros ou de resseguros:

- a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A empresa reconhece o rédito de acordo com as normas em vigor, ou seja quando efetua prestações de contas às Companhias de Seguros.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2018	2017
Numerário	9.480.596,07	7.619.834,70
Espécie	-	-
Total	9.480.596,07	7.619.834,70

Por Tipo	Remunerações	
	2018	2017
Comissões	9.480.596,07	7.619.834,70
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	9.480.596,07	7.619.834,70

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros por si intermediados desagregados por Ramo Vida e Não Vida.

Por Entidade (origem)	Remunerações			
	Ramo Vida		Ramo Não Vida	
	2018	2017	2018	2017
Empresas de seguros	153.330,95	94.988,96	9.053.017,98	7.480.273,80
Outros Mediadores			255.149,16	26.571,94
Outras Entidades			19.097,98	18.000,00
Total	153.330,95	94.988,96	9.327.265,12	7.524.845,74

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	2018	2017
Empresas de seguros		
Fidelidade Seguros SA	47,92%	41,16%
Outros Mediadores		
Clientes (Outros)		
Total	47,92%	41,16%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Contas "Clientes"	Valores das contas "Clientes"	
	2018	2017
Início exercício	8.481.501,78	7.986.331,12
Final Exercício	12.128.444,35	8.481.501,78
Volume movimentado no exercício		
A Débito	131.995.894,63	95.040.500,37
A Crédito	128.348.952,06	94.545.329,71
Total	12.128.444,35	8.481.501,78

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguros, empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

Por Entidade (origem)	Saldo contabilístico no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2018	2017	2018	2017
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	13.464.795,62	12.566.212,01	2.773.527,63	5.482.558,48
Empresas de seguros	1.405.667,91	4.178.376,36	13.637.794,29	12.762.589,84
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Clientes (Outros)	-	-	-	-
Total	14.870.463,53	16.744.588,37	16.411.321,92	18.245.148,32

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por natureza:

Por natureza	Saldo contabilístico no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2018	2017	2018	2017
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	8.251,31	29.002,30	1.195.092,30	1.121.814,15
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	13.424.127,89	12.525.880,67	13.381.303,33	12.488.116,18
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiário	1.303.684,85	4.074.299,84	1.295.683,54	4.044.378,89
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias	134.399,48	115.405,56	539.242,75	590.839,10
Total	14.870.463,53	16.744.588,37	16.411.321,92	18.245.148,32

h) Idade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2018

Contas a Receber	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	Mais de 60 dias	Total
Sem Imparidade	6.774.647,68	2.958.610,81	2.395.185,86	12.128.444,35
Com imparidade	-	-	-	-
Total	6.774.647,68	2.958.610,81	2.395.185,86	12.128.444,35

i) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Empresas de Seguros	Remunerações					
	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Percentagem (%)	
	2018		2017		2018	2017
Allianz		543.508,61		775.990,57	5,83%	10,31%
Fidelidade Seguros SA		4.542.896,59		3.136.357,74	48,71%	41,68%
Seguradoras Unidas, SA		1.255.994,98		1.166.725,23	13,47%	15,50%
MetLife Europe Limited	39.788,16		23.066,01		25,95%	24,28%
Seguradoras Unidas, SA	39.550,07		35.483,57		25,79%	37,36%

A empresa considerou a percentagem de 5% sobre o total de cada ramo (vida / não vida) individualmente

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

	X	Guilherme
	X	João
PV	X	Adriano
A Paine	X	A. [Signature]
P Leira	X	Pedro